

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.064 - SP (2019/0301059-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : REBECCA MARCELLA LUIZ MORAES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : F C L (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado punho em favor de F C L, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra a impetrante, em síntese, que seu pai está sofrendo constrangimento ilegal em razão da condenação prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Carlos/SP, ratificada pelo Tribunal Paulista, em sede de Apelação Criminal.

Pugna, ao que tudo indica, pela absolvição do crime de estupro de vulnerável ou, subsidiariamente, pela desclassificação para a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor.

O presente feito foi impetrado perante o Juízo de primeiro grau, o qual, reconhecendo sua incompetência pra julgar *habeas corpus* em face de Tribunal de Justiça, remeteu os autos a esta Corte Superior.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o *writ*, impetrado de próprio punho pela filha do paciente, não está instruído, pois os autos foram formados apenas pela petição inicial, o que ensejaria o indeferimento liminar do *mandamus*.

Não obstante, tratando-se de *habeas corpus* impetrado por pessoa leiga, em virtude dos postulados da ampla defesa e do acesso à Justiça, dou seguimento ao feito.

Assim, em homenagem ao direito constitucional de amplo

Superior Tribunal de Justiça

acesso ao Poder Judiciário, apesar da deficiência de instrução, entendendo ser caso de solicitação de informações às instâncias ordinárias, a fim de verificar eventual constrangimento a que esteja sendo submetido o paciente.

Indeferido, no entanto, o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com representação nesta Capital, para que adote as providências que entender cabíveis em favor do paciente, ante a ausência de defesa técnica.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator